

A condição estratégica do exercício do poder em Michel Foucault

RESUMO

Qual o sentido na pergunta “o que é o poder?” Para Michel Foucault, tal formulação, não tem importância. O importante é descrever o poder como exercício de estratégias. Desta forma, a interpretação tradicional do poder como posse de um rei, de uma classe ou grupo precisa ser abandonada. Este artigo apresenta como principal objetivo, analisar a leitura foucaultiana sobre o mecanismo do poder, enquanto relações agonísticas estratégicas entre poder e liberdade.

Palavras-chave: Agonística; Estratégia; Liberdade; Poder.

ABSTRACT

What is the meaning of the question “what the power is?” For Michel Foucault, it’s doesn’t matter. The essential is to describe the power like strategic exercises. Just the same, the traditional power interpretation like a king or a group possession needs to be abandoned. This article presents like the principal aim, to analyze the foucaultian`s interpretations about the power mechanism, while agonistics strategic relations between power and liberty.

Key words: Agonistics; Liberty; Power; Strategic.

* Doutor em Filosofia do PPGF/UFRJ.

Introdução

Em conferência proferida no ano de 1979, Michel Foucault explicou de modo direto o seu entendimento quanto à função da filosofia na atualidade: efetuar uma crítica do que ele denominou de razão política, pois “após Kant, o papel da filosofia tornou-se o de impedir a razão de ultrapassar os limites daquilo que é dado na experiência; mas, a partir desta época, o papel da filosofia tornou-se também o de vigiar os abusos de poder da racionalidade política.” (FOUCAULT, 2001, p.1043). Anos depois, ao ser questionado se poderia ser considerado como um pensador político, sua resposta foi muito significativa: “o que me interessa é muito mais a moral do que a política ou, em todo caso, a política como ética.” (FOUCAULT, 2001, p.399). Notoriamente Foucault não possui uma concepção prévia de política ou menos ainda, apresenta como objetivo desenvolver algum tipo de teoria política. Assim, não pode ser apontado como um filósofo da política, pelo menos no sentido comum do que entendemos como filosofia política. Contudo, a sua percepção sobre a prática do poder e a constituição do sujeito, Foucault por sinal coloca no campo político temas como a loucura, as prisões e as práticas sexuais. Fica muito claro principalmente a partir dos anos 70, seu interesse pela questão do poder. Tal fato pode ser constatado em uma entrevista realizada em dezembro de 1977, onde Foucault tenta explicar que inicialmente voltou seus esforços para analisar os saberes e os conhecimentos, como o saber da loucura, o da doença, o da vida. Contudo, o filósofo afirma que o problema real e por sinal bem atual “é o problema de todo mundo: o poder.” (FOUCAULT, 2001, p. 400). Nesta mesma entrevista, Foucault aponta para a “necessidade de pensar esse problema do poder e a ausência de instrumentos conceituais para pensá-lo.” (FOUCAULT, 2001, p. 401). Por esta razão sua percepção sobre a prática do poder, discorda intensamente das variadas formulações de teorias e tratados comuns à tradição da ciência política e da filosofia. Em outra entrevista, datada agora do ano de 1978, realizada junto a estudantes na cidade de Los Angeles, o pensador esclarece que não possui a pretensão de descrever um

tipo de paradigma do poder. Como o próprio autor afirma:

Gostaria de observar a maneira como diferentes mecanismos de poderes funcionam em nossa sociedade, entre nós, no interior e fora de nós. Gostaria de saber de que maneira nossos corpos, nossas condutas do dia-a-dia, nossos comportamentos sexuais, nosso desejo, nossos discursos científicos e teóricos se ligam a muitos sistemas de poder que são, eles próprios, ligados entre si. (FOUCAULT, 2001, p. 469).

Mas qual seria o ponto original da reflexão foucaultiana sobre o poder? Para começar, não há um engajamento político que prescindia de uma análise dos mecanismos de poder que atravessam uma determinada sociedade. Este engajamento, em Michel Foucault, deve ser considerado em seu revezamento com suas análises sobre o poder e o seu pensamento político em se desenvolver procedendo através de diferentes deslocamentos. Para iniciar, indicamos como um primeiro deslocamento efetuado, as críticas e rejeições contra as concepções de poder que se apóiam exclusivamente num modelo jurídico ou num modelo institucional. Este esforço fica bem esclarecido em uma de suas aulas ministradas, nos seus cursos do Collège de France, mais especificamente na aula do dia 7 de julho de 1976, quando se coloca em questão a análise do poder a partir de um embasamento extremamente econômico. Foucault direciona suas críticas ao que denomina de concepção jurídico-liberal e a uma certa interpretação marxista que apresentam como ponto comum uma análise economicista da teoria do poder ou um *economismo* (FOUCAULT, 2002, p.19). Na visão jurídico-liberal o poder é retratado como moeda de troca, uma mercadoria, um direito ou um bem material, passível de ser negociado em composição de contratos. Na visão marxista, o poder encontra na economia o princípio pelo qual empreende seu funcionamento e caracteriza sua condição histórica de lutas de classes (FOUCAULT, 2002, p. 20). Logo, Foucault se opõe e recusa estas interpretações, pois o poder é menos

a propriedade de um indivíduo ou de um grupo do que uma estratégia. Também não pode mais ser concebido como um objeto de troca ou doação ou mesmo uma coisa desejada para ser possuída. Não tem essência ou substância que lhe conceba algum tipo de materialidade. Por isso não é uma coisa. Precisa ser analisado pela sua propriedade *operatória*.

Importante ressaltar que ao realizar este deslocamento, Foucault também não coaduna mais com as perspectivas tradicionais do poder, muitas vezes descrito como um instrumento político utilizado exclusivamente por meio da violência ou repressão. Trata-se então de uma concepção de poder como produtividade, como positividade. Nesta perspectiva, inicialmente não se pode identificá-lo como totalmente negativo ou se pode ser profundamente positivo. Deixa-se de se questionar se o poder é bom ou mau, legítimo ou não. Foucault rejeita a influência muito comum da valoração moral ou jurídica com relação ao poder. Não por acaso, o poder é pesquisado como um anti-*Leviatã*, havendo a necessidade de pensá-lo fora do campo da soberania e de seu edifício jurídico. Ao se opor à interpretação filosófica jurídico-liberal, Foucault recusa a noção que parte dos sujeitos como átomos naturais ou núcleos elementares, para se avaliar qual parte de liberdade podem ou não, alienar ao poder centralizador do soberano de Estado. Mas também não significa que o poder deva ser interpretado em termos marxistas, pois esta análise sempre leva em conta a noção de um poder como posse de uma classe que oprime a outra, desprovida deste poder. Por esta razão, torna-se insuficiente para dar conta do conceito de poder, por que o concebe a partir de uma conotação eminentemente negativa. Como destaca o autor

uma classe dominante não é uma abstração, mas também não é um dado prévio. Que uma classe se torne dominante, que ela assegure sua dominação e que esta dominação se reproduza, esses são efeitos de um certo número de táticas eficazes, sistemáticas, que funcionam no interior de grandes estratégias que asseguram essa dominação." (FOUCAULT, 1996, p. 252).

Não se pode limitar o poder a ser interpretado como propriedade de uma classe que o teria conquistado ou que o utilize para oprimir uma outra. Ao seguir a direção contrária ao do marxismo, alija-se, com efeito, tanto a ideologização da participação e atuação do dualismo moralista opressores/oprimidos, como expresso nas lutas de classes históricas. Não se utiliza a concepção dialética para se elucidar a expressão do poder operacional, assim como a soberania não leva em conta que o poder enquanto produtor, não atua sobre os indivíduos do exterior, decidindo por eles o que é ou não permitido, mas a sua sutileza se encontra exatamente em levá-los, a partir do interior, a conformarem-se com o que é *normal*, para assim facilitar a produção e positividade de suas condutas, os tornando adaptados e assujeitados.

Poder Relacional

Outro essencial deslocamento se expressa partindo da análise através das *relações de poder* e não mais o poder, isto é, desenvolve-se um questionamento de caráter genealógico em não mais se interrogar o que é o poder, mas como este é exercido. Nesta condição, o poder passa a não ser considerado como uma entidade coerente, unitária e estabilizada, mas como uma "multiplicidade das relações de força imanentes ao campo em que se exercitam e constitutivas da sua organização." (PORTOCARRERO, 2009, p.197). Há uma concepção de poder em exercício e não em essência, sendo por este motivo *relacional*. Desenvolve-se a percepção de que o exercício do poder, estabelecido nas relações ou *microrelações* no campo social, passa a ser descrito como um modo de ação de poder sobre as ações de sujeitos agentes. Ou seja, não existiria algo unitário e global chamado poder. O que podemos observar são formas heterogêneas de exercício de poder, que ao contrário de se manterem estáticas, se encontram em constante transformação. Correlações de forças que circulam, sem apresentar uma simetria aparente. Mais um motivo que leva Foucault a deixar de lado as teorias de soberania e de repressão, pois o poder não é algo que se possui ou se tenha, isto é, não faz sentido designar um indivíduo,

um grupo, uma classe como possuidores do poder, como se este fosse uma substância ou um objeto. Também não é o caminho de análise mais adequado se limitar a interpretá-lo simplesmente pelo seu caráter repressor. As relações de poder se definem como “modos de ação que não atuam direta ou indiretamente sobre os outros, mas sobre suas ações.” (FOUCAULT, 2001, p.1055). Significa dizer que agir sobre as ações dos indivíduos, reflete a mecânica de um conjunto de estratégias de como atuar não diretamente sobre os corpos dos indivíduos, mas sim sobre as suas condutas, através de variadas possibilidades: induzindo, separando, facilitando, dificultando, limitando, estendendo, impedindo. Como não se aceita mais sua interpretação pela teoria jurídica da soberania, pode-se detectar que as relações de poder não se manifestam como por consentimento e consenso. Muito menos, se caracterizam por uma renúncia da liberdade, embora seja, possível que tal fato ocorra. Aliás, ressaltamos que a dinâmica das relações de poder exige que “o outro seja reconhecido e mantido até o final como um sujeito de ação, e também que se abra, frente à relação de poder, todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis” (FOUCAULT, 2001). Significa afirmar que o poder se exerce apenas sobre sujeitos livres, ou seja, sujeitos que dispõe de um variado campo de possibilidades possíveis de atuação. Se este campo não existir ou for eliminado, não temos relações de poder, mas sim um estado de dominação pura, saturando assim qualquer determinação no campo do exercício do poder. As experiências políticas que experimentamos com ditaduras ou Estados totalitários exemplificam bem esta saturação destacada pelo autor, além é claro em qualquer outro tipo de estabelecimento de poder que se caracterize principalmente por inibir qualquer tipo de espaço de liberdade pela prática pura e simples da opressão e da repressão.

Ao efetuar o deslocamento do poder do plano institucional ou pessoal, o identificando como um exercício difuso do poder relacional, um outro ponto de análise original realizado por Foucault se refere ao diagnóstico da *capilaridade das relações de poder*¹, isto é, temos a análise do caráter operatório do poder a partir da formulação de um plano microfísico de forças profundamente enraizado no nexos social, não sendo mais possível pensar uma sociedade com sua ausência, situação que não passaria de uma pura abstração. O olhar filosófico que passa a diagnosticar os mecanismos do poder desloca-se para as relações de forças múltiplas capilarizadas que se formam no seio das famílias, grupos restritos, das instituições, etc. Também por esta característica, não faz sentido se questionar se as relações de poder são positivas ou negativas ou mesmo necessárias, pois são concretas em sua dinâmica. Além disso, temos o deslocamento de uma visão macro e centralizada do poder, para uma percepção marcada por uma dinâmica com múltiplas facetas. Configura-se como uma complexa rede de relações onde os indivíduos não ocupam sempre a mesma posição. Não são relações estáticas. Reafirma-se assim que o poder só existe em ato ou operação, ao se exercer ‘uns’ sobre os ‘outros’. Por esta razão, instaura-se a necessidade de se dissecar os mecanismos de como é exercido o poder, para que possa ser compreendido como a prática de ‘dirigir condutas’ dos indivíduos ou das populações. Esta condição do poder com referência ao direcionamento das condutas, expressa o sentido mais nítido do ato de governar e de tentar não se deixar governar. É o agir sobre a possibilidade de ação dos outros.

Salientamos que o modo recente de se *problematizar*² a questão do exercício do poder, a partir das relações de poder, não aceita a centralidade do poder soberano representado pela figura clássica do príncipe, detentor da propriedade do poder de retirar

¹ Não por acaso Foucault descreve as relações de poder como estando organizadas em um tipo de plano microfísico, constituindo assim uma teia de microrelações em todo um corpo social.

² O emprego do termo problematização significa a instauração de uma distância crítica com o objetivo de retomar o problema através de um verdadeiro exercício crítico do pensamento, não como uma característica ou propriedade natural do ser humano, mas como uma prática histórica, filosófica e política.

ou dar o direito de viver aos seus súditos, ancorado pelo direito do exercício de governar, impondo a violência legalizada ou o perdão magnânimo. Desta forma, se deve criticar a visão simplista e limitada com referência ao poder enquanto expressão dominante de uma série de efeitos negativos: exclusão, rejeição, obstrução. Segundo o viés foucaultiano, agora ele é também *produtor* de gestos, atitudes e saberes. Indicamos neste ponto, um outro importante deslocamento, pois o poder em seu caráter operatório é positivador e produtor. Trata-se de se perceber a capacidade e a maneira como o poder *produz* o indivíduo, investindo o seu corpo, controlando seu comportamento e organizando sua vida quotidiana. De acordo com as palavras do autor: “a fabricação dos sujeitos, mais do que a gênese do soberano, é este o tema geral.” (FOUCAULT, 2002, p. 39).

A singularidade da análise foucaultiana se ilustra na percepção da importante tarefa crítica filosófica em problematizar como só pode existir poder no momento em que este inventa suas possibilidades de exercício, de acordo com as diferentes relações, distribuições e conexões. Outro ponto importante da problematização é a recusa dos modelos negativos do poder, considerados insuficientes para tratar da introdução e o funcionamento do *poder positivo* a partir do século XVIII, quando da prática das técnicas disciplinares. O poder positivo não se identifica com o modelo repressor, mas se expressa como produtivo e inventivo. Não por acaso Foucault prefere fazer uso do assim denominado como *modelo estratégico*³ para problematizar o poder em seu exercício, a continuar utilizando o modelo político-jurídico e das lutas de classes.

O Poder e o Modelo Estratégico

Um outro importante deslocamento se refere à necessidade da identificação e explicitação das diferentes e diversas táticas e estratégias de poder assim como o seu funcionamento nas relações sociais e políticas

são preponderantes na análise foucaultiana. Observa-se que não se trata de diagnosticar o poder em termos de intenção e de decisão, mas de analisá-lo em sua face externa, onde se implanta e produz efeitos reais. Nesse sentido, todo o tecido social parece percorrido e constituído por relações de poder. Esta descrição pode parecer contraditória, pois aparentemente espelha a imagem do poder globalizante e unitário, recusada por Foucault. Entretanto, o autor destaca o sentido de *ubiquidade do poder*, isto é, o poder está em todo o lugar

não porque teria o privilégio de juntar tudo debaixo da sua invencível unidade, mas porque se produz a cada instante, em cada local, ou, antes, em cada relação entre um local e outro. O poder está em todo o lugar; não porque engloba tudo, mas porque vem de todo lugar. (FOUCAULT, 2001, p.1059).

Significa dizer que o poder circula, funciona em cadeia, sendo exercido através de uma complexa teia de relações de forças, marcadas por estratégias locais e por relações de dominação – e, ao contrário, para as relações de resistência. Sendo assim, os indivíduos em uma sociedade sempre estão sob a possibilidade de sofrê-lo ou de exercê-lo. Aqui denominamos este primeiro ponto como *estratégia de poder*, identificado como o conjunto das técnicas ou táticas utilizadas para fazer funcionar ou manter uma estrutura de poder, que pode utilizar e designar diferentes e diversificadas práticas de estratégias.

Essas relações devem ser entendidas aqui como *embates de estratégias*, independentemente de serem desejadas ou não. Faz-se necessário tentarmos compreender inicialmente a dinâmica destas relações de poder, partindo de um ponto de análise genealógica bastante original: as estratégias do poder e suas ações sobre os indivíduos e as lutas de resistência contra as práticas abusivas do poder. Analisando-se o fluxo multifacetado e contínuo das relações de

³ Foucault compreende por estratégia as escolhas dos meios para obter um fim, os modos mais eficazes de levar vantagem sobre outro ou outros, e a designação dos procedimentos necessários para alcançar o fim desejado.

poder com o modelo estratégico, tenta-se se diagnosticar a mecânica das condições do poder enquanto exercido. Relações entre indivíduos ou grupos que não podem dissociar as suas atividades do conjunto de estratégias ou táticas utilizadas para o exercício do poder ou que fazem apelo para se desenvolverem as formas de resistências. Evidencia-se aqui o caráter mais intenso dos embates dos mecanismos estratégicos, como a possibilidade de se “decifrar em termos de estratégia os mecanismos utilizados nas relações de poder.” (FOUCAULT, 2001, 241).

Como discutido anteriormente neste texto, ao explicitar a mecânica do exercício do poder, Foucault a identifica como sendo um modo de ação de estratégias de poder sobre as ações de sujeitos agentes de três modos: o tipo de racionalidade utilizada para alcançar os objetivos, como se expressa nas técnicas disciplinares e normalizadoras. As disciplinas visavam a administração do corpo individual, surgida durante o século XVIII em consonância com a gradativa formação de todo um conjunto de instituições sociais como o exército, a escola, o hospital, a fábrica, a prisão etc. As técnicas disciplinares também impõem aos corpos, uma condição de docilidade-obediência-utilidade com a finalidade de integrá-los de modo eficiente a vida econômica e social identificada por esta razão como uma *anatomo-política* (FOUCAULT, 2005a, p.119). O *biopoder* emerge ao longo do século XVIII e, sobretudo, na virada para o século XIX, se conformando como um poder normalizador que já não se exerce sobre os corpos individualizados nem se encontrava disseminado no tecido institucional da sociedade, mas se concentrava na figura do Estado e se exerce a título de política estatal, denotando assim o sentido de uma *biopolítica*, com o objetivo de administrar a vida e o corpo da população, atuando na condição de práticas estratégicas com o fim de manter o funcionamento eficaz do exercício do poder sobre a vida dos corpos, para adestrar, subjetivar e gerenciar os indivíduos (FOUCAULT, 2005b, p.131). Também pode ser descrita, como destacado anteriormente, como um tipo de jogo, onde um jogador se movimenta tentando sempre descobrir o

próximo movimento do adversário, caracterizando estas estratégias como flexíveis e criativas, onde os oponentes buscam anular de forma eficiente a ação das extremidades de enfrentamento. Uma terceira descrição é semelhante a um conjunto de procedimentos para privar o adversário de seus meios de combate, o obrigando a renunciar à luta e, assim, obter a vitória. Como ressalta Foucault essas descrições resumem o modelo de estratégia como “escolha das soluções ganhadoras.” (FOUCAULT, 2001, p.1041).

Foucault demonstra que não se pode definir o poder de maneira absoluta enquanto prática de interdição, delimitação, barreira ou censura e que o seu enfrentamento nesta situação só seria possível, quando se concebe algum tipo de transgressão. Desenvolvida a análise do poder exercido por meio de um conjunto de estratégias, recusa-se a figura tradicional e simplista do poder como essencialmente negativo, onde temos de um lado, a pessoa de um soberano ou um grupo que concentra e detém o poder de forma centralizada, onipotente e até de certa forma, sendo interpretado como a expressão de um poder onisciente, isto é, tudo pode fazer e se encontra em todo o lugar, dominando a todos. De outro lado, compõe-se o grupo dos indivíduos completamente dominados, obedientes e oprimidos por este tipo de poder negativador. Sendo assim, como afirma o autor “não se deve, pensar o poder como um fato primeiro e maciço de dominação, mas antes, uma produção multiforme de relações de dominação, que são parcialmente integráveis a estratégias de conjunto.” (FOUCAULT, 2001, p.425). Podemos constatar que se o poder dos Estados modernos se limitasse apenas à repressão, a possibilidade de produzir corpos úteis e produtivos não seria tão eficaz. Se os mecanismos da dominação fossem exercidos unicamente em sua forma violenta, pela opressão sobre os cidadãos, os movimentos de libertação alcançariam êxito muito mais facilmente. A dificuldade maior é que o poder moderno desenvolve mecanismos de dominação muito sutis, uma propriedade desprezada pelas análises históricas sobre a teoria do poder. Um fator salientado por Foucault, quando afirma que:

De maneira geral, os mecanismos de poder nunca foram muito estudados na história. Estudaram-se as pessoas que detiveram o poder. Era a história anedótica dos reis, dos generais. Ao que se opôs à história dos processos, das infra-estruturas econômicas. À estas, por sua vez, se opôs uma história das instituições, ou seja, do que se considera como superestrutura em relação à economia. Ora, os poderes em suas estratégias, ao mesmo tempo gerais e sutis, em seus mecanismos, nunca foi muito estudado. (FOUCAULT, 1996, p.141).

Ora, se não se interpreta mais o poder como opressão e repressão, o pensador francês pode também destacar que este enfrentamento entre estratégias, não apenas as insere nas relações de poder, como também identifica que no seu exercício estratégico de luta, a presença da liberdade, representa a condição da existência do poder e vice-versa. Como ressalta Foucault, o poder "só se exerce sobre sujeitos livres, entendidos como sujeitos individuais ou coletivos que têm frente a eles um campo de possibilidade, onde várias condutas, várias reações e diversos modos de comportamento podem ocorrer." (FOUCAULT, 2001, p.1056). Mas o que esta condição implica? Na impossibilidade de haver a exclusão entre poder e liberdade: o poder só pode ser exercido sobre sujeitos livres. A relação de poder e a insubmissão da liberdade não podem ser separadas. Não há relações de poder sem resistência, sem enfrentamento. Retomando a noção de estratégias, Foucault ressalta que sem dúvida "o ponto mais essencial é, evidentemente, a relação entre as relações de poder e as estratégias de enfrentamento." (FOUCAULT, 2001, p.242). Deste modo, observamos como essencial a relação direta entre as estratégias de poder e as de resistência. Inclusive, se estabelecendo uma limitação recíproca entre os dois.

Instala-se então uma problematização ao mesmo tempo política e ética que se coloca a nós hoje, partindo da premissa que a atitude mais significativa é nos libertarmos a

nós mesmos das práticas de *assujeitamento*⁴ e da promoção da individualização. Acentua-se a tentativa de promoção de novos campos para resistência, visando à defesa da liberdade, que segundo Castelo Branco, "constituem uma nova economia nas relações de poder." (CASTELO BRANCO, 2008a, p. 4). Formas de estratégias de resistências criativas e exitosas, contrapondo-se as sutis, diferentes e diversificadas estratégias para exercício de poderes assujeitadores.

Para que este exercício da *ação sobre a ação* possa ser realizado, precisa existir nesta dinâmica relacional do poder, um desequilíbrio, um tipo de *assimetria* destacando uma das polaridades em uma posição a partir da qual se torne passível de definição e estruturação, o campo das possíveis ações dos indivíduos definidos como assujeitados. Porém, esta assimetria constitutiva da relação de poder, não pode ultrapassar determinados limites. Não pode desembocar na prática do domínio total ou da submissão pela violência. Significa dizer que o indivíduo sob a ação estratégica de assujeitamento pelo poder, para sofrer os seus efeitos, necessita conservar intacta sua própria capacidade de também exercê-lo. Surge deste modo o nexos relacional entre exercício do poder e da liberdade ou a relação entre práticas de estratégia de poder e estratégia de resistência. Segundo Foucault:

Onde há poder, há resistência. Não existe, com respeito ao poder, um lugar da grande recusa - alma de revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário. Mas sim resistência, no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício. E é certamente a codificação estratégica desses pontos de resistência que torna possível uma revolução, um pouco à maneira do Estado que repousa sobre a integração institucional das relações de poder. (FOUCAULT, 2005b, p. 91).

⁴ Assujeitamento (*assujétissement*) que expressa o sentido de submissão; sujeição; constrangimento.

Inclui-se definitivamente na dinâmica das relações de poder uma série de práticas de resistência que só podem ser exercidas no âmbito do próprio poder, acentuando que as práticas de liberdade estão diretamente atreladas às relações de poder. A possibilidade de resistência se expressa como estratégias e lutas. Quando se emprega o termo lutas, possuem a noção de estratégias ou táticas que apresentam como objetivo se contrapor aos efeitos concretos do exercício estratégico do poder. São difusas e descentralizadas. São lutas que coloca em questão o estatuto do indivíduo: por um lado, elas afirmam o direito à diferença e sublinham tudo o que pode tornar os indivíduos verdadeiramente individuais. Por outro lado, elas combatem tudo o que pode isolar o indivíduo, desligá-lo dos outros, cindir a vida comunitária, constranger o indivíduo a debruçar-se sobre si próprio e a ligar-se à sua identidade própria. Estas lutas não são exatamente pró ou contra o indivíduo, mas elas opõem-se aquilo que poderíamos designar de *governo pela individualização*. Lutas que em nossa atualidade se contrapõe às técnicas de sujeição, que vinculam o sujeito consigo mesmo e, contendo como objetivo primordial não o de resistir a uma determinada instituição de poder, ou grupo, ou classe, mas sim uma técnica particular, uma forma de poder. Estabelece-se não um antagonismo, mas um *agonismo*⁵ permanente entre o poder e liberdade, implicando-se reciprocamente. Uma luta sem fim, através da qual se definem os equilíbrios e as dinâmicas de estratégias que caracterizam cada relação de poder singularmente considerada. Reforça-se assim que poder e liberdade são inerentes um ao outro, encontrando-se em um tipo de condição de acoplamento por serem iminentes às mesmas tramas relacionais.

Agonística Estratégica entre Poder e Liberdade

Apresenta-se deste modo um interessante *paradoxo agonístico*: a liberdade é tanto condição para o exercício do poder quanto uma resistência ao seu exercício, isto

é, a luta pela liberdade pode atingir um grau de dominação tão intensa que se torna não mais possível qualquer tipo de agonística. Portanto, poder e liberdade são internos um ao outro. Localizam-se em um plano onde estão confinados numa incessante provocação, promovida por uma trama de reformulações e redefinições contínuas das estratégias que se estabelecem na teia das relações de poder. Sendo assim, "entre relações de poder e estratégia de luta, existe atração recíproca, encadeamento indefinido e inversão perpétua." (CASTELO BRANCO, 2008b, p.137). Não por acaso Foucault destaca a necessidade das lutas de resistência serem exercitadas de maneira criativa, pois "tudo isto está ligado diretamente a uma prática e a estratégias que são, por sua vez, móveis e se transformam." (FOUCAULT, 2001, p.512). A criatividade das estratégias de resistência decorre das *artimanhas da liberdade*. Esta característica de intenso movimento das criações e aperfeiçoamentos das estratégias demonstra a também intensa *operacionalidade* presente no como se exerce o poder. Destaque-se desta forma que as criatividades das estratégias de lutas, decorrentes destas artimanhas da liberdade, acentuam a condição da liberdade não como um lugar do fora, um local outro, como o espaço oposto, mas em termos naturais ou existenciais ao poder. Por sua vez, o poder necessita dos pontos de resistência ou exercícios de liberdade que de certo modo assumem a função de pontos de atrito que não devem ser interpretados como expressão de violência, mas de criação e atualização das relações de poder. Foucault assevera que não há com relação ao campo agonístico entre liberdade e poder,

um local da grande recusa, mas existem resistências de tipos variados: as possíveis, as necessárias, as improváveis, as espontâneas, as selvagens, as solitárias, as concertadas, as rastejantes, as violentas, as irreduzíveis, as prontas ao compromisso, as interessadas ou as sacrificais; por definição, só podem existir no campo estratégico das relações de poder." (FOUCAULT, 2005b, p.85).

⁵ Expressa o embate das estratégias em um jogo de parte a parte.

A agonística descrita desta maneira possui o sentido de um combate incansável, no qual o interesse não é o de se alcançar algum tipo de verdade, domínio total, vitória definitiva. Não possui também o caráter de uma mera transgressão visando ser contra apenas por voluntarismo ou desejo de recusa total. Precisamos entendê-la como um embate estratégico, onde o poder e a liberdade se encontram acoplados por serem imanentes às mesmas tramas relacionais, acarretando tensões entre os modos de execução das potências de liberdade, representando uma luta entre poder e contrapoder. Expressa um sentido de luta permanente, no qual o interesse não é se atingir algum tipo de verdade ou certeza, mas sim uma estratégia de ultrapassar a nós mesmos enquanto presos a nossas subjetividades que nos assujeitam as estratégias do poder. Como destaca Castelo Branco, "as lutas em torno da individuação são as que trazem, na atualidade, questionamentos, métodos e objetivos inovadores, com efeitos que não são desprezíveis na esfera pública." (CASTELO BRANCO, 2001, p.3). Estas são lutas contra as estratégias de poder desenvolvidas na atualidade, representadas e efetivamente exercitadas pelos Estados contemporâneos.

Ressaltamos que a agonística, na condição de se manifestar "em um ambiente político-social propício ao seu exercício, caracterizado como o confronto entre forças livres" (FOUCAULT, 2001, p.1058) recusa intensamente a visão de poder como um sistema de dominação absoluto, que não permitiria espaços para resistências. Ou seja, o poder não controla tudo e há sempre lugar para a prática da liberdade. Deve-se levar sempre em conta que a própria condição do exercício do poder é sempre a liberdade. Significa dizer que onde se exercem as estratégias de assujeitamento do poder, existem práticas de estratégias de resistência. Por sua vez, não se pode interpretar resistência como se localizando fora do poder, mas sim contemporânea e integrada às estratégias do poder. Em definitivo, se não houvesse resistência, não haveria poder. A possibilidade de resistência é da ordem do enfrentamento de estratégias e das lutas. Às lutas de resistência contra as estratégias de individuação, carac-

terizadas como lutas pela liberdade. Alguns esclarecimentos são necessários a respeito da compreensão de liberdade foucaultiana: inicialmente, situa-se em abandonar o mito humanista de uma "essência do homem". Também não é da ordem da liberação, mas da constituição. Nunca será uma conquista total, pois ela sempre requer a condição agônica que a incita como prática recíproca com o poder. Temos uma relação que é constitutivamente conflituosa, pois se apresenta como luta permanente através da qual se definem os equilíbrios e as dinâmicas que caracterizam, cada relação de poder singularmente considerada. A liberdade, portanto, não deve ser vista como o lugar outro. Como o espaço que se opõe, em termos existenciais. Para Foucault, a potencialidade da liberdade representa o *conteúdo ontológico do homem* que sente, pensa e principalmente age na modernidade. Como afirma o filósofo francês "a liberdade é a condição ontológica da ética. Mas a ética é o modo refletido que a liberdade assume." (FOUCAULT, 2001, p.1531). Esta potencialidade precisa ser entendida no plano de lutas entre seres livres, contra qualquer tipo de abuso da racionalidade política. Este é o fundamento de todo processo individual e social de práticas de resistência na atualidade.

Verificamos nesta condição uma relação agonística, contínua e incansável de afrontamento das estratégias de criação de modos de liberdade, contra as estratégias de assujeitamento do poder, desenvolvendo-se deste modo uma "agonística na esfera subjetiva, de valor tanto político, como também ético." (FOUCAULT, 2001, p.1057).

Considerações Finais

Enfim, ao tratar da questão do poder, Foucault objetiva descrevê-lo na positividade do seu exercício, analisando e compreendendo a sua mecânica, a partir do modelo estratégico. São originais e bastante profundos os seus deslocamentos: além de retirá-lo da forma negativa na qual, comumente o discurso político tradicional o aborda, Foucault reitera uma descrição nominalista do poder ao afirmar que "o poder não é uma instituição, uma estrutura, uma lei universal: é o nome

dado a uma situação estratégica complexa, numa sociedade determinada.” (FOUCAULT, 2005b, p. 88-89).

O modelo da agonística no sentido de luta, um outro deslocamento vital e contundente prática de análise das relações de poder, não apresenta na sua mecânica estratégica a situação de um confronto direto ou mesmo a prerrogativa de algum pólo anular ou, ainda, destruir o outro. Não se apresenta inserido qualquer tipo de maniqueísmo ou conflito pela posse de um poder interpretado como alguma coisa material. O que se constata como possuidor de algum tipo de concretude são os efeitos do embate das estratégias entre poder e resistência.

Ao destacar a agonística estratégica, não parece existir qualquer tipo de conotação de angústia ou desespero, na liberdade de resistir contra qualquer estratégia de assujeitamento, mas busca-se afirmar a vida em sua realidade efetiva, que se apresenta prazerosa e séria, insustentavelmente leve e insuportavelmente pesada. Essa condição, em nossa interpretação, constitui-se no pressuposto da relação de agonismo, que sendo luta, traz consigo as potencialidades das transformações e dos *ultrapassamentos*⁶, através deste confronto incessante de criação de estratégias, empreendendo lutas que valorizem estilizações da existência dos indivíduos que criam e recriam suas formas de liberdades contra os modos de submissão das subjetividades. A agonística se estabelece então, partindo do âmbito do subjetivo para o social, apresentando uma importância ética e também política como um modo de lidar dos indivíduos com sua atualidade.

A questão que permanece é como localizar formas de resistências em uma malha de poder cada vez mais sutil e aparentemente intensificada. Talvez, esta seja uma das características da mecânica agonística das estratégias entre poder e liberdade. Deste modo, se as estratégias de poder se tornam

mais criativas, assim precisa ocorrer com as estratégias de resistência. Como não se deixar cooptar ou cristalizar pelas estratégias do poder torna-se uma tarefa que convenhamos não é a das mais fáceis. Com certeza, temos neste ponto, outra propriedade presente na relação do agonismo estratégico.

Referências Bibliográficas

CASTELO BRANCO, Guilherme. As resistências ao poder em Michel Foucault. *Revista Trans/Form/Ação*. Marília, v. 24 n. 1, 2001.

_____. Atitude-limite e relações de poder: uma interpretação sobre o estatuto da liberdade em Michel Foucault. In: Albuquerque Jr., MUNIZ, Durval de. *et al. Cartografias de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008a.

_____. Estética da existência, resistência ao poder. *Revista Exagium*., v. I. abr de 2008, Disponível em: <<http://www.revistaexagium.com>> . Acesso em: 29 maio 09.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996.

_____. *Dits et Écrits*., v. IV. Paris: Gallimard, 2001.

_____. *Em defesa da sociedade*. Tradução de Maria Ermatina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. *Vigiar e punir*. Tradução de Raquel Ramalho. Petrópolis - RJ: Ed. Vozes, 2005a.

_____. *História da sexualidade I. A vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Guilhon Albuquerque. Revisão técnica de José Augusto Guilhon Albuquerque. São Paulo: Graal, 2005b.

PORTOCARRERO, Vera. *As ciências da vida: de Canguilhem a Foucault*. Rio de Janeiro: Edições FioCruz, 2009.

⁶ Esta expressão possui o sentido de estratégias para o indivíduo exercer a sua dessubjetivação, denotando ultrapassar a si mesmo, como atitude de resistir a qualquer tipo de sujeição e submissão que possa ser exercida, através das estratégias de subjetivação do poder.